

Ao

CODEMA – Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente

Referente AUTO INFRAÇÃO nº 000273 de 19/07/2.018
Processo n.º 18.679/2.018:

JOSÉ EUSTÁQUIO FERREIRA, inscrito CPF: 042.673.036-49 e portador da carteira de identidade RG MG – 1.136.127, residente na Rua Cassimiro Santos, nº 817, bairro: Centro em Patrocínio/MG., CEP: 38.740-000, não se conformando com o auto acima identificado, vêm, **IMPUGNAR o referido**, pelo motivo de fato e de direito que se seguem.

DO DIREITO

DO MÉRITO

Conforme consta no auto descrito acima, realizar queimada em lote urbano nº 260, setor 17, quadra 53, localizado na Rua Escritor Michel Wadhy, do lado do nº 1.565 no bairro: São Lucas em Patrocínio/MG..


Justificamos, que a referida queimada não foi feita por mim e sim por terceiros/vândalos.

Venho informar ainda que o mesmo foi feito limpeza em data muito recente ao fato.

DOCUMENTOS ANEXADOS

Estão anexados a esta Impugnação os seguintes documentos:

- 1 – Cópia da identidade CNH.
- 2 – Cópia do Parecer Jurídico.
- 3 – Cópia do Julgamento sobre Recurso Administrativo.
- 4 – Cópia do Informativo.

RECEBI 13/08/18

Secretaria de Meio Ambiente

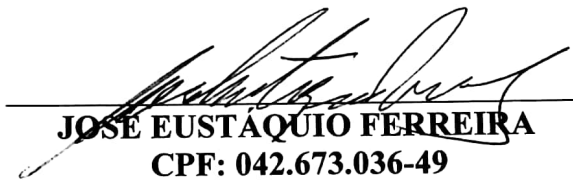
DO PEDIDO

Pelo exposto, serve-se o Impugnante do presente recurso para **REQUERER, O CANCELAMENTO DO REFERIDO AUTO**, face à total que entendemos que o mesmo possa a ser somente de advertência.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Patrocínio/MG., 13 de Setembro de 2.018.



JOSE EUSTÁQUIO FERREIRA

CPF: 042.673.036-49

Rua Cassimiro Santos, nº 817, bairro: Centro

Patrocínio/MG., CEP: 38.740-000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 DIRETORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: JOSE EUSTAQUIO FERREIRA
 DOC. IDENTIDADE / OUTRO IDENTIFICADOR: M1136127 SSP MG
 CPF: 042.673.036-49 DATA NASCIMENTO: 10/09/1948
 FUNÇÃO: JORGE INACIO FERREIRA JULIETA DE SOUZA DAVI
 PERMISSÃO: ACC: CENAS: II
 Nº REGISTRO: 01491773624 VALIDEZ: 16/11/2019 1ª HABILITAÇÃO: 30/04/1973

OBSERVAÇÕES:

LOCAL: PATROCINIO, MG s DATA EMISSÃO: 17/11/2016
 Assinatura do Diretor: Ana Cláudia Oliveira Perry 84606014213
 Assinatura do Condutor: MG502603445

DETRAN MG (MINAS GERAIS)

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
 1403261640

PRIMEIRO PLASTIFICAR
 1403261640

PARECER JURÍDICO

Recorrente: José Eustáquio Ferreira

Auto de Infração nº: 000273

Processo nº: 18.679/2018

Foi protocolado junto a Secretária de Meio Ambiente, recurso interposto pelo Sr. José Eustáquio Ferreira, requerendo parecer jurídico referente ao Auto de Infração nº 000273 em face do recorrente.

O citado Auto de Infração autuou o Sr. José Eustáquio Ferreira, pois foi constatado pela fiscal ambiental Angélica Aparecida Cardoso Cortes que no Setor 17 Quadra 53, Lote 260 estava em chamas e que o contribuinte não possuía autorização do órgão ambiental para tal prática. Portanto foi aplicada autuação no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) por infringir o Art. 1º da Lei Municipal nº 4.905/17 que dispõe "*Fica proibida a realização de queimada em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.*".

Em sua defesa, aduziu que o fogo não foi colocado por ele, não sabendo especificar quem havia colocado (não juntando provas) e que havia realizado limpeza recente no imóvel.

Por fim, requereu o cancelamento do referido auto, pois para a infração em questão pode converter-se advertência.

É o relatório. Passo à manifestação.

É fato que para a responsabilidade pelo dano ambiental, vigora a teoria da responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa para caracterização da responsabilidade civil, bastando existir o dano e o nexo causal.

O artigo 14, parágrafo 1º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81 estabelece que "*sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.*"

Nesse sentido:

UPE

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANO AMBIENTAL – CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA – RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA – ARTS. 3º, INC. IV, E 14, § 1º, DA LEI 6.398/1981 – IRRETROATIVIDADE DA LEI – PREQUESTIONAMENTO AUSENTE: SÚMULA 282/STF – PRESCRIÇÃO – DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO: SÚMULA 284/STF – INADMISSIBILIDADE.

1. A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade.

(...)

4. Se possível identificar o real causador do desastre ambiental, a ele cabe a responsabilidade de reparar o dano, ainda que solidariamente com o atual proprietário do imóvel danificado.

(...)

8. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido."

(REsp 1.056.540/GO, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 25.8.2009, DJe 14.9.2009.)"

A responsabilidade do proprietário do imóvel em razão de ilícito ambiental é solidária, conforme Art. 2º do Decreto 3.479/2018. Nestes termos não há que se falar em qualquer excludente de responsabilidade do mesmo.

A Lei nº 4.905/2017, encontra-se regularizada pelo Decreto 3.469/2018 de 10 de abril de 2018.

Para o ato ilícito praticado, não há advertência, conforme previsto na Lei Municipal 4.905/17 e Decreto 3.479/2018, pois o dano ambiental foi constatado em flagrante e é de natureza grave, não sendo passível a advertência e sim a aplicação direta da multa.

Portanto, opino pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso apresentado pelo Sr. José Eustáquio Ferreira, uma vez que os argumentos mencionados na defesa são

JB:

desprovidos de fundamentos técnicos e jurídicos, incapazes de descaracterizar o auto de infração em questão, mormente porque o Recorrente não apresentou documentos que comprovem suas alegações.

É o parecer.

Patrocínio-MG, 21 de agosto de 2018.


Mateus Brandão de Queiroz
Supervisor de Setor
OAB/MG 174.364

Julgamento sobre Recurso Administrativo

Recorrente: José Eustáquio Ferreira

Auto de Infração nº 000273

Processo nº 18.679/2018

O Sr. José Eustáquio Ferreira interpôs Recurso face ao auto de infração nº 000273, lavrado no dia 19 de julho de 2018.

O Recurso foi tempestivo sendo, portanto, julgado na presente.


Trata-se de Auto de Infração que autuou o Sr. José Eustáquio Ferreira sobre queimada em lote realizada sem autorização do órgão ambiental no Setor 17, Quadra 53, Lote 260. O Recorrente alegou que no ilícito não possui culpa e que não foi o responsável por ter promovido a queimada, que havia realizado limpeza recentemente no imóvel e ao final requereu o cancelamento do auto de infração, pois para o ilícito em questão caberia somente advertência. Portanto, foi aplicada a sanção estabelecida pela Lei Municipal nº 4.905/17 no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos).

A Secretaria, exarou Parecer Jurídico através do supervisor de setor Mateus Brandão de Queiroz, MASP 80748, OAB/MG 174.364, opinando pelo não provimento do recurso referente ao Auto de Infração nº 000273, pois não há que se falar em escusa da culpa, uma vez que a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária, sendo dessa forma responsabilizado por qualquer infração ambiental. Salientou também que a Lei nº 4.905/2017 está devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal 3.469/2018. Aduziu, por fim, que para o ilícito em questão não há advertência por se tratar de um ilícito de natureza grave e que foi constatado em flagrante.



Diante todo o exposto, acato o parecer jurídico pelo **NÃO**
PROVIMENTO do Recurso apresentado pelo Sr. José Eustáquio Ferreira.

Patrocínio-MG, 21 de agosto de 2018.



Caio Marcos Veloso
Secretário Municipal de Meio Ambiente

INFORMATIVO

Este informativo está sendo enviado a fim de informá-lo que, de acordo com o Art. 43 do Decreto nº 3372/2017, o autuado poderá interpor um novo recurso dirigido ao CODEMA, no prazo de trinta dias, contados da notificação do Parecer Jurídico e Julgamento sobre o recurso administrativo.

No recurso, é facultada ao requerente, no prazo a que se refere o art. 43, a juntada de novos documentos que julgar convenientes, que deverá contestar a decisão jurídica.

As multas previstas no Decreto 3372/2017 deverão ser recolhidas no prazo de vinte dias após o recebimento da notificação da decisão administrativa definitiva.

A equipe da SEMMA está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.